

BOLSAS		BOVESPA	C-BOND	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na sexta (em %)		Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)	Título da dívida externa brasileira, na sexta	sexta-feira (em R\$)	Turismo, venda (em R\$)	Na B3 (850 gramas (em R\$))	Prefixado, 11 dias (em % ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
-0,10 São Paulo	-0,60 Nova York	24.530	US\$ 1,016 (Estável)	2,380 (▼ 1,12%)	2,990 (▼ 0,03%)	R\$ 33,100 (▼ 1,92%)	19,61	Fevereiro/2005 0,59
		25/7 26/7 27/7 28/7 29/7		Últimas cotações (em R\$)				Março/2005 0,61
				22/julho 2,39				Abril/2005 0,87
				25/julho 2,46				Mai/2005 0,49
				26/julho 2,45				Junho/2005 -0,02
				27/julho 2,43				
				28/julho 2,40				

CONTAS PÚBLICAS

Governo Lula retira dinheiro de projetos sociais e quita parcelas de juros. Em 2004, 71% dos gastos da União foram usados na redução do endividamento e apenas 19% se destinaram a investimentos

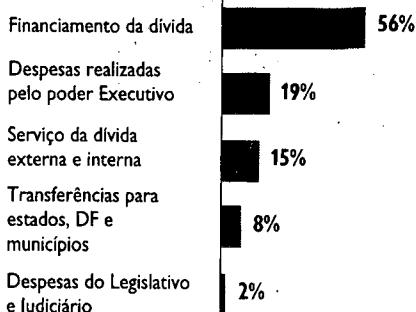
Dívida Pública

Tudo para as dívidas

RICARDO ALLAN
DA EQUIPE DO CORREIO

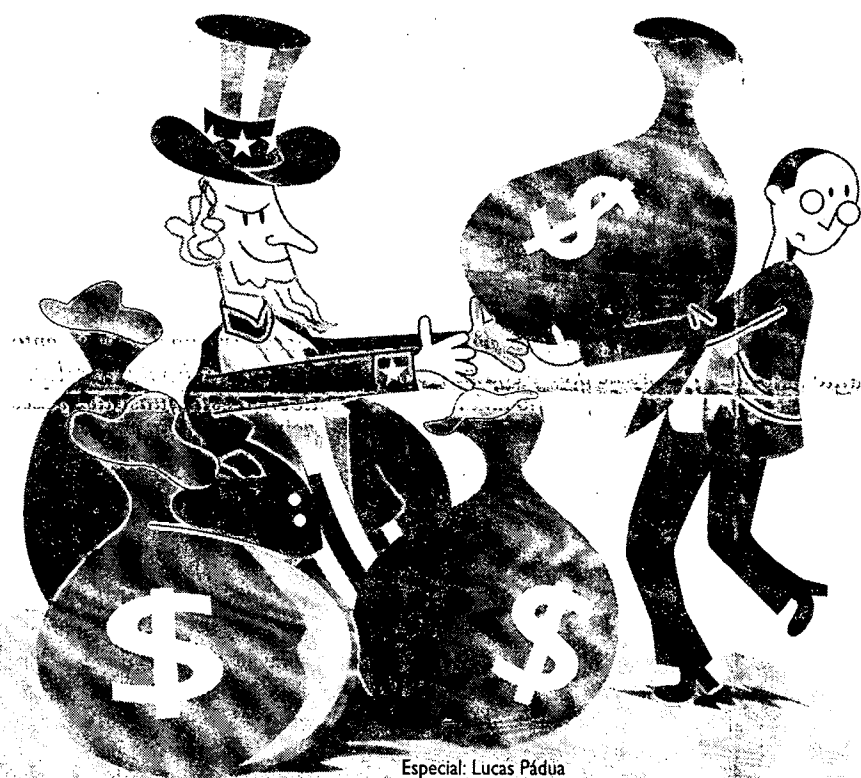
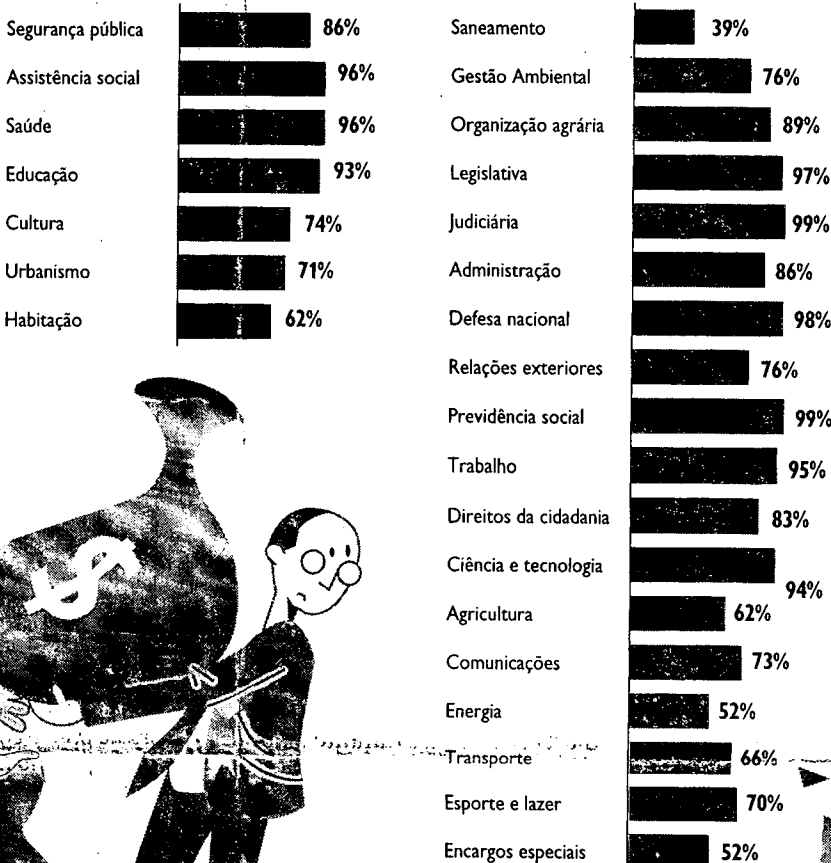
NO ORÇAMENTO, O PAGAMENTO DOS DÉBITOS GANHA E OS PROGRAMAS SOCIAIS PERDEM

Utilização dos recursos orçamentários em 2004



Recursos gastos por área de ação em 2004

(Em comparação ao Orçamento aprovado)



Especial: Lucas Pádua

O governo economiza um volume brutal de recursos para pagar juros da dívida pública, em detrimento dos programas sociais e investimentos. Por causa do aperto generalizado nas contas, o cronograma dos projetos e obras nunca é cumprido integralmente. A política de deslocar um valor cada vez maior de verbas para o pagamento de juros é altamente concentradora de renda. Para variar, quem sai ganhando são os detentores de títulos do governo, entre eles bancos e fundos de pensão, e a parcela da população que tem dinheiro aplicado.

Esse diagnóstico sobre a política fiscal do governo é comum nos discursos de setores à esquerda no cenário político brasileiro. Agora, é também acompanhado por um centro de análise independente e sem fins lucrativos, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), que acaba de divulgar um boletim analisando os números do orçamento da União do ano passado. Na avaliação do instituto, a continuidade da política fiscal vigente no país desde 1995 está impedindo a implementação da "maior parte" dos programas do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com os números levantados pelo Inesc, 56% dos gastos feitos pela União em 2004 se destinaram à rolagem da dívida pública e 15%, ao pagamento de juros e amortizações do endividamento. Do total, 19% foram gastos com custeio, programas e investimentos federais, 8% foram transferidos para estados, Distrito Federal e municípios e 2% para os poderes Legislativo e Judiciário. "Existe uma desproporção muito grande entre os recursos arrecadados dos cidadãos e cidadãs e aquilo que realmente é destinado à aplicação nas políticas públicas", destaca o instituto no estudo.

A equipe econômica se defende, afirmando que o ajuste fiscal é um componente fundamental da política de estabilização e funcio-

na como motor para a retomada do crescimento de longo prazo e com inflação sob controle. Os técnicos do Ministério da Fazenda e do Banco Central afirmam que, na verdade, não há alternativa: é preciso manter o pagamento tanto do principal da dívida como dos juros. O preço a pagar por uma reestruturação forçada da dívida seria a fuga de capitais do país, com graves consequências para a economia brasileira.

Arrocho

No ano passado, o governo fede-

ral teve que arcar com uma conta de juros de R\$ 79,42 bilhões. Para saldar parte do prejuízo, fez um superávit primário (economia para pagar os encargos da dívida) de R\$ 52,38 bilhões. Os R\$ 27,04 bilhões restantes aumentaram o estoque da dívida — é o chamado déficit nominal. Com o novo ciclo de alta de juros para combater a inflação, que teve início em setembro do ano passado, o volume de encargos subiu para R\$ 62,04 bilhões no primeiro semestre, o equivalente a 78% de todo o peso dos juros

no ano passado inteiro.

No semestre, o superávit primário do governo já chegou a R\$ 40,41 bilhões, dinheiro economizado dos programas e investimentos aprovados no Orçamento. No final do ano, a meta é chegar a 3% do Produto Interno Bruto (PIB), maior parcela do esforço a ser feito por todo o setor público (União, estados, municípios e estaduais), que será de 4,25% do PIB.

O estudo do instituto cita dados do economista Márcio Pochmann, da Universidade de

Campinas (Unicamp), segundo os quais o governo Lula já é o terceiro "maior protagonista do poder do capital financeiro no país", transferindo, em média, R\$ 60,8 bilhões anuais do Orçamento para o pagamento de juros. O primeiro lugar no ranking ainda é do governo Fernando Henrique Cardoso, em que a transferência média foi de R\$ 71,4 bilhões, seguido da administração José Sarney, com média de R\$ 65,5 bilhões.

Desigualdade

Para o Inesc, essa política reduz a capacidade de o governo investir, concentra renda e drena recursos que poderiam ser usados, pelo menos em parte, no combate à pobreza e desigualdade social. Segundo os técnicos do instituto, o ajuste fiscal tem prejudicado programas sociais, como o da reforma agrá-

ria. No ano passado, por exemplo, o governo tinha a meta de assentar 115 mil famílias de trabalhadores rurais, mas atingiu apenas 36 mil. Em todos os programas estabelecidos no Orçamento, foram gastos, em média, 61% dos recursos disponíveis. O resto foi engolido pelos cortes de gastos. O pior desempenho foi o investimento em energia, com execução de apenas 52% do previsto.

"A sanha contingenciadora de recursos do governo demonstra não ter limites. Ultrapassa a previsão legal e dilapida políticas sociais, sem o menor constrangimento, para promover superávits primários recordes. Esses superávits têm eficiência duvidosa diante do aumento das taxas de juros", afirma a economista Selene Peres Nunes, assessora de Política Fiscal e Orçamentária do Inesc.

